

A GUERRA DO SUL E AS APOSTAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL¹

Vertus Saint-Louis
Ecole Normale Supérieure de Port-au-Prince
Tradução e adaptação de Jaime de Almeida

Entre junho de 1799 e agosto de 1800 desenrolou-se o que na História do Haiti se convencionou chamar a guerra civil do Sul entre o general André Rigaud, mulato, comandante daquele Departamento, e Toussaint Louverture, negro, general em chefe, comandante do exército de Saint-Domingue. Os historiadores haitianos têm opiniões muito divergentes acerca daquele acontecimento. Madiou justifica Louverture e quase saúda a sua vitória, que teria facilitado a marcha rumo à independência.² Ardouin reprova o ponto de vista de Madiou e afirma que Louverture teria sido pago pelos colonos. e que teria feito o jogo dos ingleses e dos norte-americanos.³ Notemos que a simples cor da pele não constitui um critério decisivo de oposição entre os historiadores, pois tanto Madiou como Ardouin são mulatos. Mas, globalmente, constituiu-se uma tendência, dita mulata, favorável a Rigaud e uma outra, dita negra, que defende Louverture. Os dois campos se enfrentaram quando foi lançado o livro *Aperçu sur la formation historique de la nation haïtienne* de Étienne Charlier,⁴ que segue em parte Ardouin, quando

reduz a importância da questão da cor no conflito e insiste no papel dos ingleses e dos norte-americanos na política de Louverture. Emmanuel C. Paul não se detém neste aspecto do conflito e diz que sentiu como que uma hostilidade de Charlier contra Louverture.⁵ Hoje, novos dados⁶ e um melhor contacto com historiadores americanos⁷ autorizam uma reavaliação do conflito militar entre Rigaud e Louverture ressaltando a importância do grande comércio internacional.

Inicialmente, é preciso inserir o choque entre Rigaud e Louverture no conflito franco/anglo-americano.

I- A disputa entre Rigaud e Louverture e o conflito franco/anglo-americano

38

Como motivos da guerra do Sul podemos destacar a luta pela supremacia política de cor, que apelava ao comando militar para tomar a parte do leão graças à apropriação das terras dos colonos emigrados. Tais fatores começaram a surgir desde 1792-1793 e se manifestaram no plano político a partir de 1793-1794.

No Sul, os brancos começaram a retirar-se desde o começo de 1792 e seus bens passaram às mãos dos homens de cor.⁸ Eles tornaram-se os donos de tudo nesta região; na cidade de Cayes, Rigaud tinha a procuração de mais de 8 casas num conjunto de 69 imóveis sujeitos ao imposto.⁹ Etienne Lavaud relatou as intrigas dos libertos que forçavam os brancos remanescentes a migrar para tomar seus bens.¹⁰ Tomar o nome e a propriedade do colono branco, eis um procedimento que se repetiria até depois de 1804 e que se justificava como direito à herança paterna.¹¹ Também na região Noroeste se verificava a mesma tendência dos mulatos a apoderar-se de tudo. Nas paróquias de Port-de-Paix e de Petit Saint-Louis, segundo Descourtilz, agora que os mulatos tinham se tornado mais fortes, queriam tudo arbitrar e mostravam a mesma insolência, a mesma inconseqüência e as mesmas contradições que os antigos opressores.¹²

Para combater a nova hegemonia emergente, os agentes da França abandonaram a política anterior que buscava aliança com os mulatos e passaram a se apoiar sistematicamente no negro Toussaint Louverture. Estranhamente,

a política adotada por Louverture foi magistralmente formulada em Porto Príncipe por Marmot, negro, ex-escravo, agora membro do governo municipal, proclamando em abril de 1794 que o poder devia retornar aos negros majoritários aliados aos brancos, nação dominante por sua superioridade e conhecimento.¹³ Por isto não é de se estranhar que Etienne Lavaud, cidadão francês designado governador pelos comissários civis que partiram em junho de 1794, tenha favorecido sistematicamente a ascensão de Louverture. Em março de 1796, Louverture socorreu Lavaud provocando o fracasso da tentativa de golpe de estado dos mulatos, que pretendiam impor na província do Norte uma hegemonia que eles já tinham conquistado em todas as regiões ainda republicanas do Oeste e do Sul da colônia. O comissário Léger-Félicité Sonthonax, de volta em maio de 1796, apoiou-se em Louverture para enviar ao Sul uma delegação para conter e, se possível, prender Rigaud. Enquanto isso, a reação colonial branca na França denunciava a injustiça feita contra os mulatos por Sonthonax e condenava sua aliança com Louverture. Esta reação conseguiu forçar a demissão do comissário civil Sonthonax pelo Diretório, que escolheu um novo agente, Hédouville, para substituí-lo. Parecia que a França estava prestes a voltar ao Antigo Regime e que somente as dificuldades da guerra contra a Inglaterra impediam a organização de uma expedição militar para restabelecer a autoridade que ela estava perdendo em Saint-Domingue.¹⁴ Ora, os chefes militares do partido de Louverture estavam acabando de tomar posse de terras e de estabelecer no Norte e na Artibonite um regime militar semelhante àquele de Rigaud no Sul. Louverture, defendendo agora interesses contrários aos do Estado francês, forçou Sonthonax que, aliás, já não tinha nenhum poder, a partir.

Rigaud e Louverture, ambos opostos à metrópole, não conseguiram entender-se para aproveitar uma situação favorável que raramente se apresenta na história. Em 1797, já não havia mais nada a esperar da França, potência colonial vitoriosa na Europa, é certo, mas abandonada na América pelos Estados Unidos, e em vias de voltar aos valores do Antigo Regime. Rigaud e Louverture vieram a perder no terreno político o que haviam ganho no terreno militar¹⁵ por apostar cada um num partido perdedor (Rigaud jogando com a França, e Louverture

com a Inglaterra). O coronel inglês Thomas Maitland, quando veio negociar a retirada militar de seu país, avaliou bem a situação, percebendo que Rigaud, mais interessado em reparar sua desobediência perante a França, podia estar melhor disposto em relação ao novo agente francês Hédouville.¹⁶ Com base neste cálculo, Maitland jogou Louverture contra Rigaud. Durante as negociações de retirada, em 1798, Toussaint Louverture fez amplas concessões a Maitland que forçava deliberadamente uma guerra civil em Saint-Domingue.¹⁷ Chegando Hédouville, Rigaud ainda estava inseguro e fez jogo duplo articulando uma revolta de camponeses para o caso em que Hédouville se mostrasse disposto a prendê-lo.¹⁸ Entretanto, tendo perdido parte de sua autoridade sobre os camponeses após a visita da delegação que tinha sido enviada ao Sul por Sonthonax, ele tinha esperança de obter de Hédouville o restabelecimento de Lefranc como Inspetor de Agricultura, o que lhe permitiria recuperar as finanças para a manutenção de seu clã. Desta forma, ele se aliou ao agente francês Hédouville contra Toussaint Louverture.¹⁹ O general negro provocou um movimento de camponeses apoiado pelo exército, obrigando Hédouville a deixar Cap e retornar à França. No momento de sua partida, Hédouville enviou uma carta a Rigaud liberando-o do dever de obediência a seu chefe Louverture. Rigaud se acreditava no direito de estender seu comando para além de Petit-Goave na direção de Léogane. A chegada de Roume, sucessor de Hédouville, trouxe uma calma que Louverture aproveitou para preparar a guerra. Enviou aos Estados Unidos um de seus agentes, Bunel, com uma carta ao presidente John Adams. A atenção que veio a ser dada a essa carta de Louverture dependia de importantes considerações de política externa:

Desde janeiro de 1797 o governo americano enfrentava dificuldades políticas crescentes com a França, cujos corsários prejudicavam o seu comércio. Em julho de 1798, depois do escandaloso caso XYZ, o Congresso americano embargara o comércio com a França e com os territórios por ela dominados.²⁰ Por outro lado, vistas as negociações entre o coronel Maitland e Toussaint Louverture após a derrota militar dos ingleses em Saint-Domingue, Rufus King, embaixador dos Estados Unidos em Londres, confiou suas inquietações a Lord Grenville, ministro inglês das relações exteriores. King chamou a atenção de Grenville para o perigo

que poderia representar um Estado negro formado por ex-escravos. Grenville replicou a seu interlocutor que, desde 1793, ele estava inteiramente convencido de que o antigo sistema colonial estava condenado a desaparecer, e que só se podia retardar, mas não impedir esse desfecho. Os dois terminaram por concordar acerca do que fazer para conter Toussaint Louverture e agendaram a participação do embaixador Rufus King (fato excepcional) numa sessão do gabinete britânico dirigida por William Pitt.²¹

Em Londres, King, em comum acordo com Lord Grenville e William Pitt, aplicou uma política cujos objetivos seriam envolver Toussaint Louverture por meio do comércio e impedir que ele tivesse uma marinha própria.²² O futuro general Thomas Maitland, que fingira ter a mais alta consideração por Toussaint, participou das negociações insistindo que a política devia ser conduzida de modo que nada fosse dado ao general rebelde, sobretudo em termos de navegação. Segundo Maitland, existiam nos portos controlados por Toussaint Louverture pouquíssimos barcos capazes de fazer o curso. Seria muito contraproducente deixá-lo julgar-se capaz de causar qualquer prejuízo ao comércio americano e britânico; melhor seria autorizá-lo a solicitar uma retribuição pelo sacrifício de não armar corsários contra os barcos desses dois países.²³ Thomas Maitland foi designado pelo governo britânico para preparar com o agente dos Estados Unidos os detalhes dessa política comum desenhada por Rufus King, Lord Grenville e William Pitt para conter Toussaint Louverture isolando-o do resto do mundo por meio de acordos comerciais.

Para isso, Maitland deveria ir à Filadélfia para uma rodada final de negociações. Os principais objetivos da Inglaterra eram proteger as suas possessões das Antilhas contra o perigo que corriam com a revolução de Saint-Domingue, e excluir as outras nações neutras, exceto os Estados Unidos, do comércio com aquela colônia. O perigo podia vir de um ataque partindo de Saint-Domingue, ou do efeito de sedução que seu exemplo poderia oferecer a territórios cuja população majoritária se constituía de escravos, como, por exemplo, as Antilhas inglesas ou os Estados meridionais dos Estados Unidos, caso não se tomassem as precauções necessárias. Então, era preciso destruir a autoridade da França em Saint-Domingue

e colocar todas as relações desta última sob estrito controle.²⁴ Isto não seria admitir que era preciso provocar a guerra? Maitland já manobrara para conduzir Rigaud e Louverture rumo ao conflito militar.²⁵

II- As grandes potências e o conflito militar

42 | Ainda não há provas de que os americanos optaram, desde o início, por uma guerra. Eles pretendiam estender seu comércio por todo o mundo. Esperavam que o acordo entre Maitland e Toussaint lhes abriria o comércio de Saint-Domingue.²⁶ O que preocupava o Secretário de Estado norte-americano Timothy Pickering era, desde logo, o que fazer caso Toussaint e Rigaud não conseguissem estabelecer um plano prático e eficaz para administrar o governo da ilha, para estabelecer o direito de sucessão no comando superior (já que não poderia se tratar de uma república), e para criar um plano simples de finanças que lhes desse condições de procurar os meios para manter o exército e o governo.²⁷ Pickering confidenciou ao ex-secretário do Tesouro Alexander Hamilton – que havia sido recentemente nomeado major-general em razão da «quase-guerra» com a França – que o presidente John Adams não encorajaria de modo algum Toussaint Louverture a proclamar a independência de Saint-Domingue, mas que sem dúvida abriria o comércio logo que fosse certificado de que o corso já não existia; de modo que o presidente do seu país poderia considerar conveniente fazê-lo a bem do interesse e da segurança dos Estados Unidos.²⁸ Muitos elementos de uma Constituição pensada pelo famoso federalista norte-americano Alexander Hamilton para Saint-Domingue vieram a figurar naquela que mais tarde veio a ser elaborada por Toussaint Louverture:

Um sistema regular de liberdade não convém no presente momento a Saint-Domingue. Um Chefe hereditário seria preferível, mas recio que isto seja impraticável. Sugiro então prever um simples Executivo vitalício. Em caso de vacância pela morte do Predecessor, quem o substitui será o oficial mais graduado do comando da ilha, ou a pessoa que, pela maioria dos votos dos comandantes, será designado em tempo. Enquanto isto, os oficiais principais cuidarão da administração. Todos os homens de uma certa idade serão incorporados ao exército e obrigados ao serviço militar. A autoridade judicial suprema será confiada a doze

juizes vitalícios escolhidos pelos generais ou oficiais militares superiores. Deve ser estabelecido o tribunal do júri para todos os processos criminais não militares. A forma de seleção dos jurados deve ser regulamentada segundo o espírito geral da instituição. Toda lei que imponha a pena capital ou uma punição corporal, ou que imponha uma taxa ou contribuição, deve ser proposta pelo Executivo a uma Assembléia composta pelos generais e Comandantes dos Regimentos para aprovação ou rejeição. Todas as outras leis devem ser da exclusiva competência do Executivo. Os poderes de decidir a guerra e a paz (...) Em que pé está o projeto de enviar um agente a Toussaint para encorajar a independência de Saint-Domingue e um embaixador à França para negociar um acordo (...)»²⁹

Logo mais a conclusão de Pickering tornou-se peremptória:

O comércio de Saint-Domingue é o único meio de compensar os prejuízos causados pela França, devemos obtê-lo. Não temos rivais a temer. Toussaint respeita os britânicos e está ligado a eles; ele conhece nossa posição, os poucos dias de navegação que nos toca para chegar a Saint-Domingue, a presteza com que nós podemos atender às suas necessidades. Ele não pode formar uma colônia negra; os negros são demasiado ignorantes (...) O comércio dos Estados Unidos e de outras nações (...) satisfará amplamente todas as suas necessidades e tomará toda a sua produção, de modo que não haverá, nem deverá haver, nenhuma tendência no sentido de retirar os negros da agricultura da ilha para fazer deles marinheiros; assim, confinados em sua ilha, eles não serão vizinhos perigosos. Está mais do que claro que, deixados à sua própria sorte, os negros de Saint-Domingue serão muito menos perigosos do que se permanecerem súditos da França; esta poderia formar com eles, no caso de alguma nova guerra no futuro, corpos militares de uma tal potência contra a qual nenhuma força branca, europeia ou não, seria capaz de resistir. A França com um exército assim poderoso poderia conquistar as ilhas britânicas e colocar em perigo nossos Estados do Sul. Os sulistas estão convencidos disto, e portanto eles contribuiriam cordialment à independência de Saint-Domingue se Toussaint o quiser (...) Toussaint comandará 50 a 60.000 soldados negros se for preciso. Eles temem que a França os reconduza à escravidão e seu receio é incurável (...) Rigaud é um chefe intermediário e um mulato. Esta raça, na ilha, não é mais que um punhado, representa apenas um oitavo do conjunto formado pelos negros e deve ser esmagada caso resista à vontade de Toussaint.³⁰

43

Diante desta análise realista de um contemporâneo, nos damos conta da fraqueza das afirmações apologéticas do historiador haitiano Pauléus H. Sannon referindo-se a Louverture: «fecundo em meios, (...) político prudente (...) consciente de sua genialidade e de sua missão providencial, [não duvidando] em nenhum instante do resultado final da luta». Foi o comércio americano, sob o olhar cúmplice da marinha britânica, quem deu a Louverture os meios para derrotar Rigaud. Tais meios estavam previstos no Acordo de 25 de abril de 1799,

assinado pelo cônsul norte-americano Edward Stevens e pelo general Toussaint Louverture em presença do comissário Roume (Philippe-Rose Roume de Saint-Laurent), agente impotente da França e, logo depois, na Convenção de 13 de junho entre Maitland e Louverture. Por esses tratados, Toussaint Louverture renunciou a qualquer iniciativa pessoal de comércio exterior, cedendo à marinha britânica o controle militar de toda a costa de Saint-Domingue, na qual ele só poderia dispor de barcos de pequeno calado e com poucos tripulantes, que não poderiam navegar sem autorização dos cônsules ingleses e americanos residentes em Cap e em Porto Príncipe.

44 Na Filadélfia, o presidente John Adams e o Secretário de Estado Timothy Pickering, bem informados, nem esperaram a notícia da segunda convenção para autorizar a partida de navios americanos rumo a Saint-Domingue para fazer comércio a partir de Cap e de Porto Príncipe.³¹ Toussaint Louverture, agindo como que sincronicamente, denunciou, cinco dias após seu entendimento com Edward Stevens, a morte por asfixia de prisioneiros negros em Corail. Rigaud, sentindo-se atingido em seu orgulho, revidou ordenando a ocupação de Petit-Goâve. Poder-se-ia dizer que o acordo entre as grandes potências marítimas teve a virtude de desencadear uma guerra já muitas vezes anunciada em jornais americanos.³² Foi uma guerra cruel de extermínio, marcada pelo ódio de raça, do qual os partidários de Rigaud deram o exemplo com o incidente de Corail e com o massacre de brancos na conquista de Petit-Goâve. Louverture, por sua vez, revidou cada golpe sem nenhuma piedade pelo campo adversário.³³ Esta guerra civil feroz deve ter feito 30.000 mortos.³⁴

Os ingleses, aliados oficiais de Louverture, deram armas a Rigaud para enfraquecer os dois partidos. Os americanos bloquearam as costas do Sul e chegaram até a bombardear fortes para forçar a guarnição de Jacmel a retirar-se. Podemos fazer uma idéia da dependência de Louverture em relação aos americanos acompanhando a correspondência que ele manteve em plena guerra civil com o cônsul Stevens e com o capitão comandante da frota dos Estados Unidos fundeada ao largo de Saint-Domingue. Louverture lhes pediu que transportassem com urgência uns socorros que ele queria enviar às suas tropas em Jacmel, fingindo que

se tratava de provisões para a marinha americana. O capitão expressou sua simpatia mas argumentou que os ingleses descobririam facilmente a manobra, porque os militares americanos não consumiam tais produtos. E sugeriu que Louverture enviasse desde Cap seus barcos, a marinha americana fingiria requisitá-los sob pretexto de falta de papéis, e os conduziria até Jacmel.³⁵ Louverture combateu Rigaud exclusivamente por um quinhão de poder sobre um pedaço de terra que ele não podia efetivamente controlar, já que enquanto isto os ingleses construíam na costa sudoeste da parte espanhola da ilha uma base para seu próprio comércio.³⁶ Ele arrasou temporariamente seu adversário político local, mas perdeu o essencial: sua já muito fraca capacidade de negociar a liberdade de comércio marítimo. Ele cedeu a estrangeiros a mais importante fonte de rendas indispensáveis ao seu projeto de economia de *plantation* que não pôde concretizar-se,³⁷ uma vez que tal projeto não dispunha de recursos financeiros e se fundava exclusivamente na repressão sobre os trabalhadores. Seu sonho de independência corria sérios riscos pela carência de base econômica e de apoio dos libertos.

45

Durante a guerra civil, Rigaud pediu em vão ajuda à metrópole. Derrotado, exilou-se na França, onde deu um exemplo da miopia política característica de toda classe dirigente haitiana, assediando o Ministério da Marinha para oferecer seus serviços. Seria verdade que Napoleão, depois de ouvir suas críticas a Louverture, teria respondido: «Meu general, o seu único erro foi o de ter sido vencido.»³⁸ Esperando sempre algum apoio do exterior, Rigaud e seus oficiais deixaram-se facilmente aliciar para a expedição militar com fins escravagistas de Napoleão, que soube muito bem explorar os ressentimentos deles contra Louverture. Esses «africanos dourados» seriam deportados a Madagascar na África – o seu «país», – caso Louverture não opusesse resistência à intervenção francesa, ou seriam usados contra ele em caso de combate. Segundo a tradição, Pétion, que já tinha sido informado a tal respeito, a bordo do barco *Louvre*, vendo as chamas sobre Cap, teria dito a si mesmo que ele não iria a Madagascar. A 13ª Companhia Colonial, sob o seu comando, acolheu os partidários de Rigaud que retornavam cantando do exílio em Cuba, tão entusiasmados por servir à França que Nicolas Geffrard, antigo coronel, se alistou como simples soldado. Rigaud também não

demonstrou nenhuma reserva, confiando na política de Leclerc. Incorporado à divisão de Rochambeau, Rigaud o acompanhou na incursão aos montes Cahos e continuou acreditando que Leclerc lutava apenas contra Louverture, como se toda aquela enorme expedição pudesse estar dirigida contra um único homem. Ele se encontrava em Crête-à-Pierrot, onde Pétion usou seus talentos de artilheiro na conquista da fortaleza. E já pensava em marchar para o Sul e retomar o comando que, em sua opinião, ele exercera com brilho anteriormente. Sobretudo, ele esperava poder recuperar deste modo a posse dos seus bens tomados pelo general Jean-Joseph Laplume, mas este denunciou as suas intenções a Leclerc. O capitão general convocou Rigaud e o fez supor que ambos viajariam para o Sul no mesmo barco com ele. Ao embarcar numa chalupa em Saint-Marc, Rigaud lembrou ao capitão que ele devia conduzi-lo ao barco em que estava o comandante Leclerc. O capitão o informou que ele estava preso e que devia entregar sua espada.

46

Deportado para a França, Rigaud continuaria mostrando-se um homem frívolo que se prestava sem dificuldade às manobras das potências estrangeiras. No princípio de 1803, ele solicitou a devolução de seus bens a Rochambeau, a quem desejava sucesso.³⁹ Pamphile de Lacroix relata que, quando estava aquartelado na Itália, foi convocado pelo Ministério e viajou a Paris onde Napoleão queria obter informações precisas a respeito de Saint-Domingue. Ele recomendou Rigaud como um homem verdadeiramente ligado à França e retornou a seu posto na Itália. Pouco tempo depois, ele soube que Rigaud fugira, e compreendeu que Napoleão procurava alguém capaz de provocar confusão por perto da Jamaica para forçar os ingleses a concentrar uma parte de sua frota naquelas paragens.⁴⁰ Seja como for, notemos que logo que retornou ao Haiti em 1810, Rigaud usou de sua influência para provocar uma nova divisão no país. Essa frivolidade de Rigaud explicaria porque Louverture encontrou nele um adversário contra quem devia fazer a guerra. Toussaint Louverture manifestou grande premonição em sua avaliação das qualidades pessoais de Rigaud. Louvado como um político sagaz e diplomático, Toussaint não poderia ter sido um personagem ainda mais notável se, percebendo as fraquezas de Rigaud, tivesse compreendido, em nome de interesses superiores aos conflitos internos de poder, que não devia fazer-lhe a guerra? Felizmente, a

história fornece exemplos admiráveis de homens como Lamartinière que, embora antigo partidário de Rigaud, compreendeu em fevereiro de 1802 que o seu lugar era ao lado de Toussaint Louverture, contra Leclerc. Dessalines também é admirável, por ter, apesar de estar sofrendo uma forte febre em Crête-à-Pierrot, recusado uma poção preparada pelo naturalista Michel Etienne Descourtilz, acreditando que aquele «branco» poderia querer envenená-lo. A duzentos anos de distância, é importante meditar sobre toda esta história. Quantos dentre nós, hoje em dia, não deixam envenenar, não o corpo, mas o espírito, por potências estrangeiras que exploram sua ambição desenfreada pelo poder?

Conclusão: a Guerra do Sul, um tema de reflexão atual

A comemoração do bicentenário é uma ocasião para começarmos a nos interrogar sobre o sistema político haitiano e sobre uma certa historiografia nacional que não se mostra suficientemente crítica frente a ele. Os chefes que ela se compraz em exaltar cultivam valores tipicamente coloniais: a terra, sobre a qual eles pretendem fixar os homens; o preconceito de cor, fator de discriminação; um poder militar que explora uma população que despreza, pensando encontrar um apoio ou mesmo uma legitimidade nas potências estrangeiras que ele alega combater. Tal sistema político é extremamente fraco face àquele dos Estados modernos, seus adversários que, cada vez mais, reconhecem a cidadania a pelo menos uma parte de suas elites, e que procuram sua força no comércio, na indústria e na ciência. Enquanto entre nós o comércio e a indústria são deixados por conta do estrangeiro, a propriedade fundiária e imobiliária é retida como trunfo por chefes sombrios para fazer política, tentando dispor da vida e dos bens daqueles em quem eles vêm adversários, e vivendo como agiotas parasitas, apropriando-se das rendas alfandegárias. Este sistema político, criado desde a época da revolução, é a fonte de uma pobreza material profunda, e de uma debilidade mental e política dos chefes, levando-os a entregar-se cegamente às potências estrangeiras inimigas, detentoras efetivas do poder real, por seu controle dos grandes meios de produção e de comunicação. Este sistema político atesta o nível real de emancipação conquistado

pelo povo haitiano. Poderia ser diferente? A abolição da escravidão e a fundação do Haiti foram acontecimentos notáveis para aquela época. Hoje, se quisermos avançar, a história não deve se enganar, nem quanto ao alcance, nem quanto às limitações dos dirigentes.

Devemos aceitar com toda serenidade os dados reais da história para melhor buscar compreendê-los. Se as grandes potências conseguiram nos encurralar, é porque elas possuíam meios e uma experiência que nós não tínhamos. Teria sido por acaso que a Inglaterra logrou não somente impor-se sobre Saint-Domingue, mas também vencer o grande confronto com a França? Quando começamos a colocar as perguntas nesses termos, descobrimos que é preciso refletir mais acerca das relações da nossa história com a economia internacional e com a filosofia política.

48

NOTAS

¹ Conferência apresentada em 7/04/2002 na cidade de Cayes no quadro da comemoração do Bicentenário da morte de Toussaint Louverture. Este tema é parte de um livro em elaboração: *Marché international et processus de formation de l'État en Haïti (1794-1806)*. O texto foi publicado originalmente na *Revue de la Société Haïtienne d'Histoire et de Géographie* n. 213 (2002). Tradução e publicação autorizadas. Nas referências, a sigla **MS** indica a Coleção Moreau de Saint-Méry, que tem 3 séries, divididas em volumes. Cópia microfilmada, Archives Nationales d'Haïti.

² MADIOU, Thomas. *Histoire d'Haïti*, Porto Príncipe: Henry Deschamps, 1989, vol. 1 e 2.

³ ARDOUIN, Alexis Beaubrun. *Etudes sur l'histoire d'Haïti*. Porto Príncipe: Dalencour, 1958, vol. 3.

⁴ CHARLIER, Étienne. *Aperçu sur la formation historique de la nation haïtienne*. Porto Príncipe: Les Presses Libres, 1954.

⁵ PAUL, Emmanuel C. *Questions d'histoire. Études Critiques*. Porto Príncipe: Imprimerie de l'Etat, 1955.

⁶ AUGUSTE, Claude B. «Pleins feux sur la guerre du Sud (1799-1800)». *Revue de la Société Haïtienne d'Histoire et de Géographie*, jul-set 2000, p. 21-43, 35. HECTOR, Michel. «L'armée française de Saint-Domingue: Dernière armée de la révolution» in Société haïtienne d'histoire et de géographie, *La révolution française et Haïti. Filiations, ruptures, nouvelles dimensions*. Porto Príncipe: Deschamps, 1995, vol. 1, p. 258-278. RYERSON, Richard et al (ed.). *The Adams Papers*. Cambridge: Harvard University Press, 1961, vol. 1 e. 8.

⁷ TANSILL, Charles Callan. *The United States and Santo-Domingo: A Chapter in Caribbean Diplomacy*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1938. LOGAN, Rayford W. *The Diplomatic Relations between United States and Haïti, 1775-1891*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1941. MONTAGUE, Ludwell Lee. *Haïti and the United States, 1714-1938*. Durham: Duke University Press, 1940. BEMIS, Samuel Flagg e GRIFFIN. *Grace Gardner. Library of Congress Guide to the Diplomatic History of the United States, 1775-1921*. Washington: United

States Government Printing Office, 1935. DeCONDE, Alexander. *The Quasi War. The Politics and Diplomacy of the Undeclared War with France*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1966. KNOX, Dudley W. (ed) *Naval Documents Related to the Quasi War between the United States and France*. Washington: United States Government Printing Office, 1938.

⁸ *Débats entre les accusateurs et les accusés dans l'affaire des colonies, imprimés en vertu de la loi du 4 pluviôse*. Paris: Imprimerie Nationale, ano III, 1795, volume VIII, p. 312-314.

⁹ *Compte des recettes de la contribution du quart des maisons de la ville des Cayes*. Archives Nationales de France, D, XXV, 25, 21, 26, 268.

¹⁰ LAVEAUX, Etienne. *Saint-Domingue. Compte rendu par le Général Laveaux à ses concitoyens, à l'opinion publique, aux autorités constituées*. Paris: Imprimerie du Bureau Central à tous les journaux, 1797, p. 18.

¹¹ A partir de 1804, os libertos passaram a reivindicar seu direito aos bens dos brancos, o que levou Dessalines a dizer que no tempo da presença dos brancos, o liberto não podia sequer olhar nos olhos deles, mas desde que eles tinham sido expulsos graças aos esforços de todos, os mulatos estavam reivindicando a herança de seus pais!

¹² DESCOURTILZ, Michel Etienne. *Histoire des désastres de Saint-Domingue*. Paris: Garnery, 1795.

¹³ DUBOYS, Pélage-Marie. *Précis historique des annales de la colonie française de Saint-Domingue depuis 1789 jusqu'en l'année...* manuscrito anônimo, s. d. s. l., vol. I, p. 148-149. Para a identificação de Pélage-Marie Duboys, v. D. Geggus, «Unexploited Sources for the History of the Haitian Revolution». Notes d'histoire coloniale n. 237 in *Caribbean Archives*, 1975, n. 3. A parte final do texto de Pélage-Marie Duboys foi divulgada por Guy Robin no site da Associação de Genealogia do Haiti: «La lettre de Saint-Domingue» <http://www.agh.qc.ca/articles/Pid=65> (acesso: 20/04/2006).

¹⁴ Carta confidencial ao Ministro da Marinha (Cap, 11 messidor ano IV). *Extraits de la correspondance du général Rochambeau avec le Directoire exécutif*. MS 2, 2. Réponse du général Rochambeau à l'arrêté des agents particuliers du Directoire... MS 2, 2. *Courrier de la France et des colonies* n. 1, 15/10/1795, Prospectus. MS 1, 173. *Journal historique et politique de la marine et des colonies*, 22-23 e 25/8 e 25/11/1796, abril e maio de 1797. MS 2, 43.

Rouyer, deputado do Departamento de Hérault: *Rapport sur le message du Directoire exécutif dernier de pluviôse dernier, relatif à l'aliénation des domaines nationaux des colonies*. Sessão de 4 messidor ano IV. MS série 1, vol. 86.

Courrier de la France et des colonies n. 1, 15/10/1795, Prospectus. MS 1, 173.

GAINOT, Bernard. «La constitutionalisation de la liberté générale» in DORIGNY, Marcel (ed.). *Les abolitions de l'esclavage. De L. F. Sonthonax à V. Schoelcher, 1793, 1794, 1848*. Paris: Presses Universitaires de Vincennes e Unesco, 1998.

Rapport fait par Lecointre-Puiraveau au Conseil des Cinq Cents, 8 germinal ano V. MS 1, 86/34. *Le Républicain des colonies* 19/04/1797. MS 1, 53.

Message du Directoire exécutif au Conseil des Cinq Cents. Sessão de 3 floréal, ano V. MS 1, 87, n. 31. Echassériaux, *Motion d'ordre relative aux colonies*. Conseil des Cinq Cents, sessão de 2 prairial, ano V. MS 1, 87, doc. 2.

Conseil des Cinq Cents. *Message* (3 floréal ano V). *Extrait du registre des délibérations du Directoire exécutif*. MS, 1, 87. RALLIER, Louis Antoine Esprit. *Observations faites par Rallier, député d'Ille et Vilain, membre du conseil des Anciens*. MS 1, 87.

Echassériaux. *Motion d'ordre relative aux colonies*. MS 1, 87, doc. 2. Extrato de uma carta de Malenfant a um de seus amigos, enviada de Cap em 30 nivôse, ano V. *Journal Historique et politique de la marine et des colonies*, 27/03/1797.

DORIGNY, Marcel. *La Société des Amis des Noirs (1788-1799.) Contribution à l'histoire de l'abolition de l'esclavage*. Paris: Unesco/Edicef, 1998, p. 305 passim.

Rapport sur la réclamation des déportés de Saint-Domingue détenus à Bayonne et maintenant réunis à Rochefort. MS 1, 86, n. 21. *Opinion de Vienot Vaublanc sur la pétition des déportés de Saint-Domingue détenus à Rochefort et sur la compétence des conseils militaires*. 22 germinal ano V, MS 1, 86, n. 27. *Discours*. Sessão de 10 prairial ano V. MS 1, 87, n. 9, p. 18.

TARBE, Charles. *Discours prononcé sur l'état actuel de la colonie de Saint-Domingue le 11 prairial, ano V*; doc. 10

DELVILLE, Philippes.. *Opinion sur les troubles de Saint-Domingue*, 11 prairial, ano V MS 1, 87 doc. 11. Delahaye: *Discours de Delahaye sur l'affaire des colonies*, 11 prairial ano V. MS 1, 87 doc. 12.

Corbun, deputado da Gironda. *Discours sur l'état actuel des colonies et leur amélioration*. 12 prairial, ano V. MS 1, 87.

Opinion de Garran-Coulon sur les dénonciations faites contre les agents du Directoire à Saint-Domingue. (16 prairial, ano V). MS 1, 87, n. 19.

¹⁵ MALENFANT, Charles. *Des colonies et particulièrement de celle de Saint-Domingue; mémoire historique...* Paris: Audibert, 1814, p. 78. Malenfant escreve exatamente: « Rigaud e Pétion, chefes dos mulatos, fizeram honrosamente a guerra contra os ingleses e recusaram seus milhões (...) Vendo que eles não podiam mais permanecer na colônia, depois de todas as tentativas junto a Rigaud, a Pétion e mesmo a Toussaint para seduzi-los, eles evacuaram Porto Príncipe (...) eles semcaram a guerra civil (...) esta guerra matou mais negros que todas as guerras precedentes; não era uma guerra mas um extermínio ». Descourtiz relata em sua *Voyage d'un naturaliste* o seguinte diálogo: a caminho de Archaie, Toussaint Louverture, que deixara entender que os moradores daquela região eram terríveis, reclama: « Mandei podar. Arrancaram!. Seu ajudante de ordens responde: Meu general, quem está na chuva é para se molhar ». O *Précis Historique des Annales de la révolution de Saint-Domingue* do juiz Pélagie-Marie Duboys dá uma idéia da grande hecatombe que foi a Guerra do Sul pelos massacres e execuções sumárias. Além disto, as tropas de Toussaint Louverture sofreram muito em razão de doenças e pela falta de cuidados médicos.

¹⁶ Carta de Maitland a Dundas, 6/07/1798 in BUCKLEY, Roger (ed.). *The Haitian Journal of lieutenant Thomas Philips Howard, York Hussars. 1796-1798*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1985, p. 149.

¹⁷ FORTESCUE, John William. *A History of the British Army*. Londres e Nova York: The Mac Millan Co., 1930, vol. IV, p. 564-566.

¹⁸ DUBOYS, Pélagie-Marie. *Précis historique des annales de la révolution de Saint-Domingue*. op. cit.

¹⁹ *Lettre du citoyen Blanchard ordonnateur au citoyen André Rigaud*, 8/06/1798. Archives Nationales de France, CC9A18.

²⁰ DeCONDE, Alexander. *The Quasi War*. op. cit. [Nota do tradutor: o « caso XYZ » se refere a uma tentativa de extorsão feita por três emissários de Talleyrand, ministro das relações internacionais da França na época do Diretório, quando das negociações entre os Estados Unidos e a França em 1798].

²¹ LOGAN, Rayford W. *The Diplomatic Relations between United States and Haiti, 1775-1891*, op. cit.

²² KING, Charles R. (ed.) *The Life and Correspondence of Rufus King*. Nova York: Putnam's Sons, 1894-1900, vol. II, carta de Pickering a Hamilton, (9/02/1799). V. também: SYRETT, Harold C. (ed.) *The Papers of Alexander Hamilton*. Nova York: Columbia University Press, 1961-1987, vol. 22, p. 473.

²³ TANSILL, Charles. *The United States and Santo-Domingo. 1798-1873*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1938, p. 39.

²⁴ Ibidem, p. 43.

²⁵ FORTESCUE, John W. *A History of British Army*. Op. cit. IV, 564-566.

²⁶ CABOT LODGE, Henry. *Life and Letters of George Cabot*. (1877). Nova York: Da Capo Press, 1974, p. 186-189. (carta de Gore a Cabot, 8/12/1798).

²⁷ SYRETT, Harold C. (ed) op. cit. vol. 22, p. 473, carta de Pickering a Hamilton, 9/02/1799.

²⁸ Ibidem, p. 500, carta de Pickering a Hamilton, 25/02/1799.

²⁹ Ibidem, carta de Hamilton a Timothy Pickering, 21/02/1799.

³⁰ Ib., carta de Pickering a King, 10/03/1799.

³¹ SANNON, H. Pauléus. *Histoire de Toussaint Louverture*. Porto Príncipe: Imprimerie A. Héraux, 1920 a 1933, vol. II, Annexes D.

³² Pélage-Marie Duboys, II, op. cit.

³³ KNOX, Dudley W. (ed.). *Naval Documents Related to the Quasi-war between the United States and France*. op. cit. vol. II, III, IV, V, passim.

³⁴ AUGUSTE, Claude Bonaparte. «Pleins feux sur la Guerre du Sud» op. cit. MALENFANT, Charles. *Des Colonies, et particulièrement de celle de Saint-Domingue*, op. cit. p. 78.

³⁵ KNOX, Dudley W. (ed.). *Naval Documents...*, op. cit, vol. 6.

³⁶ DUBOYS, Pélage-Marie. *Précis historique...*, op. cit. vol. II, p. 222. CABON, Adolphe. *Histoire d'Haïti*. Porto Príncipe : H. Deschamps, s.d., Tomo IV, p. 198.

³⁷ TURNIER, Alain. *Les États-Unis et le marché haïtien*. Washington, 1955, 64, 71. Toussaint Louverture não era um simples laçao e nem era capaz de deixar-se tratar assim. Sentindo-se abandonado pelos americanos após o tratado de paz de Morfontaine entre os Estados Unidos e a França em outubro de 1800, taxou em 20% as importações e exportações. Instado por Stevens, reduziu a taxa sobre as importações a 10%. Prosseguindo na luta, excluiu da lista dos negociantes autorizados, a pretexto de fraude, os comerciantes americanos (7 de maio de 1801). Thomas Jefferson, o novo presidente americano, considerando o cônsul Stevens muito favorável aos ingleses, substituiu-o por Tobias Lear, enviado como simples adido comercial e sem nenhuma mensagem particular a Toussaint Louverture que, sentindo-se humilhado, disse que tinha sido vítima de sua cor. (v. Carta de Tobias Lear a Madison em *The Papers of James Madison*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1986, vol. 1, p. 429) E de fato ele tinha sido vítima: suas taxas alfandegárias terminaram por favorecer as mercadorias estrangeiras e sufocaram a produção local. Ele não tinha, efetivamente, capacidade de negociar, e perdeu durante a guerra o pouco que poderia ter conseguido caso se entendesse com Rigaud.

³⁸ SAINT-VICTOR, Jean-Baptiste. *Deux concepts d'indépendance à Saint Domingue*. Paris: La Nef de Paris, 1957. AUGUSTE, Claude e Marcel Bonaparte. *L'expédition Leclerc: 1801-1803*. Porto Príncipe: Henry Deschamps, 1985, p. 24.

³⁹ MONTI, Laura V. *A Calendar of Rochambeau Papers at the University of Florida*. Gainesville: University of Florida Libraries, 1972.

⁴⁰ PLUCHON, Pierre (ed.) Pamphile de Lacroix. *Mémoires pour servir à l'histoire la révolution de Saint-Domingue*. Paris: Karthala, 1995.

Resumo

Abstract

52 A chamada Guerra do Sul (junho de 1799 a agosto de 1800), guerra civil entre os generais nativos de Saint-Domingue André Rigaud (mulato) e Toussaint Louverture (negro) é estudada sob um ângulo predominantemente local pelos historiadores haitianos, mesmo quando eles assinalam a influência das potências estrangeiras nesse conflito. Um melhor conhecimento dos escritos de historiadores americanos e dos documentos publicados pelo governo dos Estados Unidos sobre a chamada «Quase Guerra» com a França autoriza uma reavaliação que leve mais em conta os interesses internacionais daquele conflito local. A aposta era principalmente política para a Inglaterra que, depois da derrota militar sofrida por suas tropas em Saint-Domingue, receava pelo futuro da Jamaica e de suas outras colônias escravistas. Além de ser política, a aposta era também comercial para o governo americano que queria, à sombra da esquadra britânica, apoderar-se do comércio das colônias francesas. O conflito demonstra a incapacidade das lideranças nativas de conceber um projeto que entendesse o acesso direto ao comércio marítimo como fonte de riqueza. A Guerra do Sul é um importante tema de reflexão para quem observa o que se passa atualmente no Haiti.

Palavras-chave: Haiti – Guerra do Sul – Contexto Internacional

The so-called South war, an intestine war (June 1799 – August 1800) between the indigenous generals of Saint-Domingue, André Rigaud, a Mulatto, and Toussaint Louverture, a Black, is appreciated as a local event by the Haitian historians even when they relate the influence of the foreign great powers in that conflict. A better knowledge of the American historians and of the documents published by the Government of the United States, authorize a new study which should reconsider the involvement of the great powers in that intestine war, as motivated by very important material interests. British army had just been defeated on the ground in Saint-Domingue. Great Britain feared the extension of the Haitian Revolution in Jamaica and in all her slave colonies. Beside political interests, United States had commercial ones, struggling to profit of the protection of Britain marine in order to take the commerce of the French colonies. The civil war demonstrates the incapacity of the indigenous chiefs to concert a project which should look for a direct access to maritime commerce as a source of wealth. We are naturally inclined to meditate on the war between Rigaud and Louverture when we consider what is happening now in Haiti.

Key words: Haiti – South War – International Context